

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT-10 – Informação e Memória

ETNOGRAFIA NO ARQUIVO DOCUMENTAL: UMA NOVA ABORDAGEM PARA DISCUSSÃO ACERCA DAS TEORIAS RACIAIS ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

Rubens Alves da Silva - (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG)

Maristela Costa Martiniano (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG)

ETHNOGRAPHY IN THE DOCUMENTARY ARCHIVE: A NEW APPROACH TO DISCUSSION ON RACIAL'S THEORIES BETWEEN THE CENTURIES XIX AND XX

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: O objetivo deste estudo é relatar a pesquisa realizada no Fundo Arquivo Pessoal Nelson Coelho de Senna, que compõe o acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Este arquivo pessoal ainda foi pouco explorado por estudos aprofundados em sua totalidade. Para trabalharmos a documentação de forma que trouxesse um retorno tanto arquivístico, quanto social, foi utilizada como metodologia de pesquisa a etnografia em arquivos. Esta metodologia, ainda pouco utilizada na Ciência da Informação, possibilitou uma cooperação entre áreas do conhecimento (Antropologia e Arquivologia), que resultou na percepção histórica e social de parte do arquivo referente à cultura africana e de afrodescendentes no Brasil. Assim, a nossa leitura considerou o papel do documento como guardião da memória involuntária de Nelson de Senna e do registro tanto do avanço do pensamento desse autor em seu tempo, quanto da contribuição do africano, seus descendentes e indígenas para diversidade cultural do país. Por isso no presente artigo revisitamos alguns intelectuais brasileiros que discutiam as questões raciais no período pós-abolição procurando traçar um paralelo do pensamento daqueles com o de Nelson de Senna. Sobretudo pelo fato de os registros constitutivos do arquivo deste nosso autor abranger vários aspectos da cultura africana presentes na sociedade brasileira.

Palavras-Chave: Arquivo Pessoal; Etnografia; Ciência da Informação.

Abstract: The purpose of this study is to report the research carried out in the Nelson's Coelho de Senna Personal Archive Fund, which compiles the collection of the *Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*. This personal archive still little explored by in-depth studies in their entirety. In order to work the documentation in a way that brought archival and social return, we used as research methodology the ethnography in archives. This methodology, still few used in Information Science, enabled a cooperation between areas of knowledge (Anthropology and Archivology), which resulted in the historical and social perception of part of the archive referring to African culture and in Brazil. This way, our reading considered the role of the document as guardian of the involuntary memory of Nelson de Senna and the record of both the advance of the thought of this author in his time and the contribution of the African, his descendants and indigenous to the cultural diversity of the country.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Therefore, in this article we revisit some Brazilian intellectuals who discussed the racial issues in the post-abolition period, trying to make a parallel of their thinking with Nelson's de Senna thinking. Above all, the records of our archives cover several aspects of African culture present in Brazilian society.

Keywords: Personal Archive; Ethnography; Information Science.

1 INTRODUÇÃO

O Fundo Arquivo Pessoal Nelson Coelho de Senna, doado ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) em 1999, teve publicado um Inventário analítico no ano de 2000, mas ainda carece de estudos de forma verticalizada sobre o seu conteúdo. Este arquivo pessoal tem características diferentes dos arquivos pessoais que são recolhidos, aguardados, ou doados pelas famílias às instituições públicas, logo após a morte do produtor.

Nelson de Senna foi professor, pesquisador, político, advogado, escritor, entre outras atividades. E, em cada uma das atividades que exerceu, constituiu um arquivo rico em detalhes. Desses arquivos, é possível colher informações das diversas áreas de interesse para estudos do produtor como indigenismo, africanismo, toponímia, mineração, siderurgia, literatura, administração pública, trabalho rural, hidrografia, industrialização, desenvolvimento econômico, etnia e religião.

Seu arquivo pessoal aportou mais de quarenta anos depois de sua morte no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, que é um órgão da Prefeitura, contrariando a prática comum de doação de arquivos privados para instituições públicas a que o produtor tenha de alguma forma pertencido. Essa doação foi um dos pontos chave para o início da pesquisa, que buscou compreender quem foi Nelson de Senna. Qual foi a sua produção intelectual? Como se deu o interesse do produtor pelo africanismo? Como é a instituição que abriga o Fundo Arquivo pessoal Nelson Coelho de Senna? Como foi o processo de produção do inventário?

Para responder estes questionamentos, a pesquisa apoiou-se numa abordagem diferenciada dos arquivos pessoais, optando por uma perspectiva mais histórica, tendo aberto "novas dimensões no campo arquivístico" Jardim (1999), e assim buscando entender o processo de constituição do arquivo e a relevância dos assuntos que estão contidos nele. Essa abordagem é a utilização do arquivo como campo etnográfico, que busca considerar os contextos social, históricos e arquivísticos de seleção e guarda desses registros, como sugere Heymann (2013) para uma abordagem antropológica dos arquivos.

Para este artigo, realizamos um recorte no tema africanismo e procuramos enfatizar a metodologia escolhida para a pesquisa num comparativo de enfoque social no período em que transitou o produtor do arquivo. Buscamos entender quais eram as teorias raciais circulantes naquele período (final do séc. XIX e início do séc. XX). Quem eram os intelectuais que discutiam tais teorias? E buscamos saber se, através de seu arquivo, poderíamos pontuar como se posicionava Nelson de Senna? A partir destas questões, demos início ao recorte da pesquisa que deu origem à dissertação de mestrado, procurando dar enfoque ao arquivo sob uma perspectiva distinta de outras pesquisas da área.

2 SOBRE A ETNOGRAFIA E ETNOGRAFIA DE ARQUIVO

Um dos recursos metodológicos que consideramos favorável ao desenvolvimento da nossa pesquisa é o denominado “etnografia de arquivo”. A discussão em torno desta expressão surgiu com antropólogos cujos objetos de estudo estavam associados a documentos e, portanto, dependiam da pesquisa exploratória em “lugares de memória” como Arquivos e Museus. Estas experiências provocaram a retomada de um debate que colocava em questão os desafios a serem considerados na realização de um trabalho etnográfico na fronteira entre antropologia e história e suas implicações na própria descrição metodológica da noção de “campo” em antropologia.

Na tradição da disciplina, o “trabalho de campo” é traduzido com ênfase na pesquisa empírica realizada pelo pesquisador *in loco*, durante um período relativamente prolongado de permanência e convívio com o grupo social objeto de estudo; imerso no ambiente cultural e espaço físico geográfico de localização deste. Isto diz respeito, pois, à essa experiência metodológica da “aventura antropológica”, que exige do etnógrafo, sobretudo, a dedicação rigorosa à observação dos acontecimentos e comportamentos individuais e coletivos, acompanhada pela iniciativa dialógica e pela sensibilidade na escuta dos seus interlocutores nativos – como condição indispensável para lograr êxito na coleta substantiva de dados etnográficos. Este esforço que Malinowski (1984) inaugurou e descreveu como método da “observação participante”.

Conforme traduziu Geertz (1989), ainda que criticamente, a etnografia constitui-se de dois movimentos complementares: o “estar lá” (no campo), entregue aos desafios da “observação participante”; o “estar aqui”, no silêncio entre quatro paredes no labor do relato

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

descritivo analítico daquela “aventura antropológica” do campo. Portanto, a etnografia consiste desta experiência de alteridade e interação social que desafia o etnógrafo ao exercício de um deslocamento do lugar olhado para as coisas; sendo este “lugar” o da perspectiva ou ponto de vista do “Outro”, representado pelo seu interlocutor – aquele com quem ele foi conviver em busca de um diálogo sobre saberes e fazeres, com a expectativa de apreender o modo de ele ser, pensar e ver o mundo.

Todavia, é preciso ter-se claro que o trabalho de campo antropológico não se restringe apenas ao método da observação participante. Outros recursos metodológicos também são utilizados pelos etnógrafos em suas pesquisas, tais como a exploração de fontes informacionais como documentos, livros e objetos, seja como fonte complementar a um trabalho de observação participante ou como o próprio objeto de estudo. Como são ilustrativas as pesquisas desenvolvidas pelos antropólogos que se reuniram em torno da discussão da proposta do método da “etnografia de arquivo” e cujos estudos se situam no contexto dialógico entre antropologia e história.

Com ênfase neste método investigativo ou na sua especificidade enquanto tal, a reflexão sugere uma revisão crítica da noção de “campo antropológico”, quando os interlocutores da pesquisa já não existem e a fonte disponível para diálogo são documentos – textos, fotografias, desenhos etc –, localizadas em “lugares da memória” como arquivos, bibliotecas e museus.

Com efeito, a exploração de acervos, documentos e objetos se inscreve na história e marca a origem da Antropologia como ciência social; tendo como referência o trabalho dos chamados “antropólogos de gabinete”, cujo campo de estudo eram museus. Em seu tempo, estes estudiosos ambicionavam a descoberta de leis gerais explicativas da diversidade cultural para escrever irrefutáveis tratados a respeito, com base no emprego do método histórico comparativo da perspectiva paradigmática do evolucionismo social.

A proposição do trabalho de campo em antropologia emergiu no contexto dos acalorados debates e críticas acirradas contra os pressupostos epistemológicos de que partiam daqueles etnólogos do XIX e fundadores da primeira Escola Antropológica, denominada Antropologia Evolucionista. Um dos principais expoentes da crítica a essa matriz disciplinar foi Franz Boas (2009). Este autor chamou atenção para o fato de que os “antropólogos de gabinete” diziam não fazer pesquisa de campo; Boas se posicionou contra

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

as apressadas conclusões tiradas por aqueles etnólogos sobre o avanço evolutivo de civilizações, umas em relação a outras, com base unicamente na comparação de traços culturais deslocados dos seus contextos originais (máscaras, roupas, ferramentas etc). Problemas metodológico que, na avaliação de Boas, comprometiam a validade das teorias produzidas sob o enfoque do evolucionismo social. A partir das críticas ao evolucionismo social, com ênfase principalmente nas limitações do “método histórico comparativo” empregado pelos representantes desta vertente disciplinar, Boas chamou atenção para a importância do trabalho de campo em antropologia e a análise rigorosa e aprofundada dos traços culturais investigados, levando-se em consideração a história e a significação destes no contexto local.

Associada ao trabalho de campo, o método etnográfico traz intrínseco a preocupação com a análise contextualizada dos fenômenos culturais. A noção de contexto evoca a dimensão social, histórica e política que implica a construção de significados e sentidos dos fenômenos culturais. Isso que Geertz ao propor uma analogia entre o trabalho do etnógrafo e o ofício do hermenêuta – o tradutor de textos antigos e de difícil leitura que exigem habilidade para compreensão do significado dos termos – argumenta que a antropologia é uma ciência interpretativa e o antropólogo um tradutor cultural. Para Geertz os aspectos microscópicos das culturas também devem ser levados a sério pelos antropólogos em suas investigações no campo – gestos, reações, conversas triviais, entre outros não devem ser ignorados. Este material abre um campo de possibilidades para leitura da cultura do “Outro”.

Em suma, Geertz define a cultura como um texto que desafia o antropólogo a uma leitura de segunda mão “por sobre o ombro dos nativos”. E isso significa entender que o esforço de compreensão da cultura do “Outro”, a leitura deste texto cujos elementos constitutivos são comportamentos e ações dos sujeitos observados de perto pelo etnógrafo só se torna possível por intermédio da interação social numa relação dialógica; e esse é um dos importantes desafios da interpretação cultural.

Mas, se a leitura de Geertz e seus antecessores, Boas e Malinowski, nos chama a atenção para a centralidade do trabalho de campo em meio ao grupo objeto e a importância desta experiência da observação direta do comportamento de interlocutores face a face, isso não significa que a observação indireta, através da leitura de documentos ou fontes secundárias semelhantes, do comportamento dos sujeitos que não existem mais seja algo fora

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

de cogitação no empreendimento etnográfico. Ao contrário disso, também documentos entre outros registros históricos são fontes que se leva em consideração e são exploradas pelos antropólogos no processo de produção de uma “descrição densa”, como exemplificado com Geertz (1990), em *Negara* (e Marshall Sahlins (1990), em *Ilhas de História*, ambos num instigante diálogo entre antropologia e história.

A leitura de Geertz e a atenção para as discussões mais gerais em torno do método etnográfico evidenciam que este instrumento de trabalho traz intrínseco a preocupação com a análise e interpretação contextualizada dos fenômenos culturais, sendo a noção de contexto entendida pela dimensão social, histórica e política que implica a construção de significado e sentido das coisas investigadas. E é neste sentido que os antropólogos têm procurado embasar o argumento de sustentação da “etnografia de arquivo”.

Envolvidos com pesquisas cujos campos de trabalho são arquivos e bibliotecas é que antropólogos como Fraya Frehse (2005) e Maria Costa (2010), entre outros, discutem a especificidade metodológica da “etnografia de arquivos” a partir de suas próprias experiências e recorrer a este instrumental antropológico que lida com documentos de arquivos. Como salienta Frehse, (2005):

Embora sem poder participar fisicamente, o pesquisador observa [...]. Lança mão da visão e, por meio dela, lê textos, contempla imagens, inquire a materialidade da documentação e o seu conteúdo. Vai conformando assim, no corpo a corpo com o arquivo - cruzamento de dados de fontes diversas entre si e com aqueles que a leitura das fontes secundárias lhe fornece - um segundo campo, por assim dizer, campo mais restrito. Refiro-me a um campo imaginário de interlocuções com os autores e personagens que integram a documentação. E aí vem à tona outro aspecto que integra também o trabalho de campo convencional, por menos ressaltado que seja neste contexto (FREHSE, 2005, p.136).

Maria Costa, (2010) formula alguns questionamentos metodológicos em reforço à relevância da “etnografia de arquivo” como método de exploração de fontes documentais. A autora se faz as seguintes indagações:

Como tratar os documentos, como gerenciar as informações, como disponibilizá-las à sociedade, como interpretar seus indícios, como enfrentar as consequências desse conhecimento, como absorver essa experiência e [...] perceber suas continuidades e discontinuidades no presente – eis algumas das questões fundamentais das pesquisas que se desenvolvem a partir de acervos, coleções e arquivos [...]. Também é fundamental saber como aplicar essa metodologia numa sociedade que tem na produção de arquivos,

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

documentos e informações uma de suas mais importantes características (COSTA, 2010, p.185).

Estas citações acima notadamente possibilitam entrever que a “etnografia de arquivo” é um método cuja validade não é somente para o ofício dos antropólogos, mas também pode ser útil para o desenvolvimento de pesquisas em outras áreas do conhecimento acadêmico-científico como a Ciência da Informação, conforme procuramos recorrer na nossa pesquisa exploratória do acervo arquivístico do mineiro Nelson de Senna.

2.1 A Discussão Racial entre os Séculos XIX E XX

Nosso primeiro contato com o acervo produzido por Nelson de Senna foi durante a realização de estágio acadêmico no Arquivo Público Mineiro, localizado em Belo Horizonte. Percebemos que embora este autor não tenha alcançado uma projeção nacional maior como alguns intelectuais do seu tempo, Nelson de Senna produziu inúmeras pesquisas e registros toponímicos principalmente sobre as populações indígenas em Minas Gerais e sua diversidade cultural; além de um levantamento diversificado e cuidadosa documentação produzida por ele sobre a contribuição de africanos e seus descendentes na formação da cultura brasileira classificada no acervo como subsérie Africanismo. Esta particularidade temática do acervo foi que nos levou, por sugestão do orientador do nosso projeto de dissertação de mestrado, a cogitar sobre o uso do método da “etnografia de arquivo” em nosso trabalho de exploração daquele acervo, com atenção em especial para os registros de Nelson Senna sobre o africano e os afrodescendentes no Brasil.

Por isso, a nossa primeira incursão foi fazer o levantamento dos nomes de autores citados por Nelson de Senna em seus escritos, principalmente na obra *Africanos no Brasil* (1938); e, a partir dessas referências – mas sem nos restringirmos a essas –, selecionamos alguns autores que identificamos pertencer, ainda que aproximadamente, a mesma geração do produtor e que se destacaram como principais expoentes do pensamento intelectual brasileiro da época. Com a intenção, portanto, de situar historicamente Nelson de Senna e o contexto sociocultural e político da época em que ele viveu e produziu o material que veio dar origem a seu acervo arquivístico.

A questão racial no Brasil é um assunto que despertou interesse nos homens letrados e de ciências nascidos na segunda metade do século XIX – com destaque para os nomes de

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, Alberto Torres, Manuel Bonfim, entre outros intelectuais. Havia em comum no pensamento destes intelectuais a preocupação subjacente com o projeto de modernização e industrialização do país, cujos interesses e controvérsias mobilizaram setores variados da elite nacional (rural, urbana e intelectual). É, pois, no calor deste debate e motivado, sobretudo, pelo projeto de uma nação brasileira moderna e “progressista” que a temática racial ganhou destaque e teorias racistas entraram em cena no campo do debate político em torno da problemática da modernização e do desenvolvimento urbano-industrial do país.

A fonte de inspiração dos referidos autores era os Estados Unidos e a Europa. Locais de origem dos referenciais teóricos e epistemológicos que serviram de orientação para estudos e pesquisas na época sobre questão racial no Brasil. Conforme o registro do historiador brasileiro Thomas Skidmore (1976), “a influência das teorias racistas sobre o pensamento dos autores nacionais evidenciavam-se nas citações e concordância com as opiniões dos representantes dessas teorias como Spencer, Le Bon, Lapouge, Gabinet, Agassiz, entre outros” (SKIDMORE, 1976, p.77). Este autor acrescenta que, as teorias racistas dividiam em três vertentes: a Escola Etnológica-biológica, fundada nos Estados Unidos nas décadas de 1840-1850 e defendia a tese da poligenia. O principal divulgador dessa Escola na América foi o zoólogo suíço Louis Agassiz (SKIDMORE, 1976, p.67)¹; a Escola Histórica que surge como defensora da ideia de que “raças humanas – as mais diversas – podiam ser diferenciadas uma das outras – destacando-se a “raça branca” – com distinção para a “ariana” – “superior a todas” (SKIDMORE, 1976, p. 67); e, por fim, o Darwinismo Social de partia do pressuposto de que as raças humanas “superiores” iriam “naturalmente” sobreviver, ao passo que as “raças inferiores” tendiam a gradualmente “definhar e desaparecer” – como seria o caso da “raça negra”, descrita por aqueles como uma “espécie incipiente” (SKIDMORE, 1976, p. 68). O principal representante desta escola foi o cientista natural conde Gobineau.

O médico legista Nina Rodrigues (1862-1906) foi um dos adeptos da Escola etnológica-biológica. Orientado por esse pensamento foi que ele desenvolveu seus estudos – marcando

¹ Esta escola considerava o pressuposto de que as raças humanas eram o resultado de mutações de diferentes espécies e acreditavam que “a pretendida inferioridade das raças – índia e negra – podia ser correlacionada com suas diferenças físicas em relação aos brancos; e que tais diferenças eram resultado direto de sua criação como espécies distintas” (SKIDMORE, 1976, p. 65-66). À frente desta escola estava os etnógrafos como Samuel Morton, Josiah Nott e George Glidden.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

pioneirismo – e pesquisas etnográficas sobre o africano e seus descendentes no Brasil. Ele considerava que esse contingente étnico racial era inferior e inábil para o trabalho intelectual e aceitava a ideia de que o cruzamento de grupos étnico raciais diferentes produziria uma raça “degenerescente”² e assim classificava os mestiços.

Destoante deste pensamento era a posição do médico e ensaísta Manuel Bonfim (1868-1932). Ele discordava da apropriação das teorias racistas aplicadas para explicação dos problemas nacionais. Na avaliação de Bonfim, os problemas brasileiros eram semelhantes aos enfrentados pelos demais países do continente e suas causas vinculavam-se não com questões raciais, mas “problemas herdados da era colonial” (SKIDMORE, 1976, p.131). Defendia a importância de o governo brasileiro investir na melhoria da educação, saúde e do saneamento básico. Ele era a favor da industrialização do país e criticava aqueles que defendiam a ideia de uma nação “puramente agrícola” (SKIDMORE, 1976, p. 135).

Semelhante à posição de Manuel Bonfim, outro nome intelectual destoante era Alberto Torres (1865-1917). Ele também foi um crítico ferrenho das teorias racistas e firme defensor de teses anti-imperialistas. Da mesma forma, Torres discordava que o perfil étnico racial predominante na população brasileira era responsável pelo atraso nacional, mas apontava a “a pobreza, a educação, a nutrição e a higiene precária” como principais problemas que deveriam ser considerados nos debates intelectuais e políticos (SKIDMORE, 1976, p.137); em paralelo a questão da exploração dos países ricos sobre os países pobres – numa crítica, sobretudo, ao imperialismo predominante. Em sua, na visão de Bonfim a explicação de fundo para os problemas enfrentados pelos países da América Latina no geral se encontrava nas diferenças marcantes entre as “nações velhas” e as “nações jovens” surgidas sob e marcadas pelo domínio da colonização.

Ex-aluno de Alberto Torres, Oliveira Vianna (1883- 1951) não seguiu as ideias do mestre. Defendeu com convicção o ponto de vista da inferioridade da “raça negra” e via na “miscigenação” fator decisivo para o branqueamento do “povo brasileiro” e o “progresso” do país. No entendimento de Oliveira Vianna “[...] as raças primitivas só se tornaram agentes

² Segundo a historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz (1993, p.46), A ideia de “degeneração” racial foi introduzida no século XVIII pelo jurista americano Cornelius de Pauw, “espécies consideradas inferiores, porque menos complexas nas suas conformações orgânicas”. Apropriada pelos teóricos racistas do século XIX, a noção de “degeneração” passou a ser empregada para classificação do “mestiço”, visto como “espécie híbrida”, resultado do cruzamento entre raças diferentes.

civilizadores isto é, contribuíram eugenicamente para a formação de classes superiores quando perderam sua pureza e cruzaram com a branca” (SKIDMORE, 1976, p. 222). Por isso ele considerava a miscigenação no Brasil algo positivo para a elevação do nível civilizacional favorável ao progresso da nação brasileira.

Um dos principais críticos de Oliveira Vianna foi o sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987). Norteadado pelo pensamento culturalista, Freyre dedicou estudo sobre as relações de sociabilidade no contexto da escravidão no nordeste brasileiro e a influência disso na formação social e cultural do país. Com destaque para o sincretismo cultural e a miscigenação racial, vista por ele como um aspecto positivo da constituição do povo brasileiro e que evidencia a democracia racial existente no país³.

2.2 Nelson de Senna

Nelson Coelho Senna nasceu na cidade do Serro, MG, em 11 de outubro de 1876. Ele mantinha um círculo de amigos composto por personalidades que ajudaram a construir a história de Belo Horizonte e de Minas Gerais no Brasil, tais como João Pinheiro, Bueno Brandão, Bias Fortes, João França, Assis Brasil, Augusto de Lima, entre outros, com quem trocava cartas sobre assuntos diversos, coerentes aos seus estudos e pesquisas.

Nelson Coelho de Senna iniciou seus estudos sobre africanismos ainda muito jovem. Em sua primeira conferência pública no Ginásio do Estado em Ouro Preto versou sobre os “motivos históricos da Abolição e os antecedentes do tráfico negreiro”, em uma sessão solene em 13 de maio de 1897. Para o autor, a predileção por tal temática teria sido desenvolvida ainda na sua infância como ele relata:

Accresce em mim a ternura de “branco” agradecido aos carinhos da velha “Mãe-Bá”, uma prêta africana (“Tia E’va”), que me embalou a infancia com suas historias e cantigas da “adusta pátria distante”; e ainda a recordação dos folguêdos da meninice, em meio a outros companheiros de idade, no meio dos quaes se destacava um fiel e devotado prêtinho (o Balbino) a quem consagrei affectuosa página dos meos “Contos Sertanejos” editados em Portugal (1903) (SENN, 1938, p.24).

³ Interpretação posteriormente contestada pelos estudos realizados a pedido da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no ano de 1950, cujo projeto esteve sob a coordenação do sociólogo Dr. Florestan Fernandes, na época professor da Universidade de São Paulo – USP e que envolveu vários outros pesquisadores de renome – Roger Bastide, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo, Charles Wagley, René Ribeiro, Marvin Harris, entre outros.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

O autor apresenta um dos motivos que o teria inspirado a pesquisar mais sobre as peculiaridades linguísticas que envolve a mineiridade a ele tão cara ao se lembrar dos inconfidentes exilados. Em 4 de março de 1932, publicou um apelo no Diário Oficial aos “Altos Poderes da República”, rogando pelo repatriamento desses conterrâneos, não só com o intuito de que eles pudessem voltar para sua terra, mas, também, com a vontade de conhecer pessoas que estiveram em imersão cultural e teriam elementos linguísticos, de organização social e familiar e ainda religiosos que enriqueceriam sua pesquisa sobre o africanismo.

Pelo meu espírito também perpassam as sombras sofredoras daqueles nossos compatriotas envolvidos na Inconfidência Mineira e degredados, em 1792, para inhospitas regiões africanas, nos Presídios de Angola, da Guiné, de Moçambique: para “Ambáca”, o poeta Alvarenga Peixoto; para “Angôxe”, o Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade (antepassado de minha Esposa); para “Benguéla”, Fernando Ribeiro; para “Bihé”, o Coronel Oliveira Lopes; para “Bissáu”, o Capitão José de Rezende “Cachéu”, João da Motta; para “Cambámbe”, o Sargento –mor Luiz Vaz; para “Catalá”, Salvador Gurgel; para “Inhambané”, O Coronel José Ayres; para “Maçagano”, o Engenheiro Alves Maciel; para “Macúá”, Antonio Lopes; para “Maximba”, o velho Abreu Vieira; para “Moçambique”, o ex -Ouvidor e poeta Thomaz Gonzaga; para “Massuril”, João Rodrigues; e para “Sófala”(“Rio de Séna”), o alferes Victoriano Velloso (SENNA, 1938, p.25).

Além disso, o autor tinha a convicção de que a compreensão dos processos civilizatórios imposto na colônia portuguesa precisava de maior aprofundamento das pesquisas dos elementos “ameríndio e africano”, devido à miscigenação, para romper com uma tendência historiográfica que valorizava apenas o europeu (SENNA, 1938, p.26).

Acreditava ser necessária a organização por parte do governo de um ressarcimento social para com os negros e os índios, por meio de recursos de agentes privados.

Devemos, portanto, até pelo lado moral resgatar essa dívida de gratidão para com duas raças esquecida e injustamente desprezadas (a “preta” e a vermelha), cujo sacrifício foi imposto, através de 4 séculos de “(opressão, pelas exigências da raça “branca”, mais civilizada e dispendo de melhores meios de dominação (SENNA,1938, p.26).

Não se opunha à miscigenação das raças como alguns estudiosos da época, a exemplo Nina Rodrigues, mas não via futuro “no processo branqueador”. Acreditava que cada vez mais o país se tornaria mulato ou amorenado e esse processo não teria volta.

E para explicar o progressivo e notório desaparecimento da “retincta pigmentação negra”, na epiderme e na têz dos descendentes de afro-brasileiros, é suficiente lembrar que o “nêgro puro” foi se tornando cada vez menos numeroso, no país, há quase 90 anos, isto é, desde 1850. De um lado,

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

a idade avançada, as doenças, os sofrimentos do captiveiro, a miseria, as tás e os vícios, o enfraquecimento organico consequente ao alcoolismo e á syphilis, foram liquidando os velhos elementos da raça prêta; e, por outro lado a rápida acção do cruzamento com o branco e a mestiçagem cada vez mais adeantada e apurada, vão obsorvendo o nêgro e eliminando o mélanismo da pelle e o pigmento da sua descendencia, no correr da varias gerações, em que o “mulatismo” vem se acentuando, com tendenciasdo branqueamento da cútis, nesse pallido tom “máte” ou amorênado, da côr do jambo, que já nos apresenta o typo definitivo da “sub -raça brasileira” do futuro, dado o cruzamento acelerado desses elementos mestiços com colonos brancos, para o Brasil emigrados, nestes ultimos cento e vinte anos (SENNA, 1938, p.68).

Apesar de se ater às teorias evolucionistas europeias, não deixava de acreditar que a população brasileira tomaria rumo próprio em relação à miscigenação, independente dos estudos importados para o país ou das articulações do governo para o branqueamento da população. Considerava a si mesmo e o Brasil como um país livre de preconceitos que abraçava a presença e a cultura negra, citando, como exemplo, o *apartheid* social explícito nos Estados Unidos da América.

O problema da assimilação e absorpção raciaes, entre brancos e nêgros é no Brasil um problema solucionado sem chóques nem ódios; e difere radicalmente do mais sério problema nêgro norte –americano, onde ainda existe um blóco racial de dôze milhões de “coloured people”, isolados e separados os nêgros puros, e seos descendentes mais directos, da massa racial dos brancos, por uma barreira intransponivel de preconceitos e até mesmo de desprezo pela gente prêta e pelos mestiços (SENNA, 1938, p.48).

Além das questões científicas e sociais, referenciava outros campos que tratavam ou exploravam as questões dos negros.

Vêm agora, em nossos dias, homens de letras da actual geração, explorando com brilho o vêio literario inspirado no estudo da gente africana e de seos descendentes e nosso paiz. O thema afro-brasileiro os empolga; o nêgro, o mulato e mestiçagem de sangue africana enchem de personagens interessantes das comedias, dramas, contos novelas, romances ensaios e producções literarias de nossos homens de letras, principalmente na geração de novos escriptores (SENNA, 1938, p.32).

O pesquisador cita nomes de escritores que em suas obras traziam o negro em suas histórias, como: Afrânio Peixoto, Mario Sette, José Lins do Rêgo, Gilberto Freire, Jorge Amado, Carlos Dias Fernandes, José Américo de Almeida, Amado Fontes, Souza Carneiro, Menotti Del Pichia, João Cordeiro, Jaime Atavilla, Viriato Corrêa, Arthur Ramos, Martins D’alvarez, Leoncio de Oliveira, Rivadavia de Souza, Jorge de Lima, Romeu de Avellar, Heraldito Barbuy, Joaquim Laranjeira, Gonçalves Fernandes, Moysés Marcondes, Ignacio Raposo, Sylvia Antuori, Vinicio

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

da Veiga, Julio Bello, Corgosinho Filho, Athos Damasceno, João Dornas Filho, Valdomiro Silveira e Amadeo Amaral. Também menciona os nomes de poetas que se inspiraram na vida de cativo, mitos e lendas acerca da vida dos negros: Castro Alves, Luiz Gama, Cruz e Souza, Juvenal Galeno, Catullo da Paixão, Raul Bopp, Leonardo Motta, Cornelio Pires, Nery Camêllo, Baptista Junior, Luiz Camara Cascudo.

Ainda sublinha alguns nomes de personalidades negras e dos mais variados tons de pele que a época classificava, com o cuidado de destacar apenas os mortos (certamente pela delicadeza que a situação delicada de assumir a identidade étnico-racial trazia naqueles dias).

VI. Provindo de uma remota ascendência afro-negra, os “homens de côr” (prêtos mulatos, pardos, fulos e mestiços em geral) sempre se destacaram na vida social brasileira, desde os tempos coloniais até aos nossos dias. Evocaremos, em primeira linha, alguns nomes dos mais em relevo, na História Nacional, que tenham sido (apenas citando os mortos, com o fito de evitar ridículas susceptibilidades ou melindres pessoas “os brasileiros de côr que passamos a recorda (SENNA, 1938 p.42).

Senna desta também figuras pertencentes à “tradição histórica” do Brasil e de MG, como Luiz Barbalho, Henrique Dias, Natividade Saldanha, Antonio Gonçalves da Cruz, Dias, Agostinho Bezerra, Oliveira Lima, Luiz Ignacio de Azevedo, Chico Rei, Aleijadinho, Chica da Silva, Felício dos Santos, Mestre Valentin, Padre Viegas de Menezes, Cunha Barbosa, Max Fleiuss, Escragolle Dória, José Mauricio. Ressalta a inteligência e beleza dos africanos trazidos para o Brasil e a contribuição cultural dos mesmos na formação da cultura nacional.

XIV- Passando a examinar ligeiramente a contribuição vocabular recebida dos “Gêges” e “Nagôs” ou dos chamados “Negros-Minas” e “Yorubanos”, veremos que para a Bahia, principalmente, e para o Rio de Janeiro e Pernambuco, nos trouxeram esses bellos e fortes nêgros, bastante inteligentes e relativamente instruídos, muitas palavras e expressões e termos designativos de seus costumes e usos, de sua culinária (bebidas e comidas), de suas plantas e temperos picantes, de suas crenças, myths e praticas religiosas, lá da Costa da Mina e Costa dos Escravos, da Serra Leôa e Costa do Ouro, na Africa-Centro – Ocidental (SENNA 1938 p. 110).

O teatro é outro elemento que está presente nos escritos de Senna. Destacando ele as montagens cuja temática priorizada era a trama das relações sociais e simbólicas no contexto da sociedade escravocrata do Brasil colonial.

O theatro, por sua vez, não se conservou esquivo ás seducções do thema afronêgro, pondo em scena quadros da vida social brasileira; ao tempo da escravidão, e fazendo figurar no palco personagens representativas do “senhor de escravos”, da Angana (dona de casa), das sinhás- zinhas dengósas,

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

das mucãmas e mulatas, dos moléques sabidose “treiteiros”, do “capataz” da fazenda, do tanganhão cruel, do “Páe -João”, da Mãe Bá, do “Pae-de-Santo”, do negro – mandingueiro etc. (SENNA,1938, p.36).

Na música, ressalta as influências e inspirações vindas da “gente africana” que repercutiam dentro e fora do país.

A música popular brasileira, inspirada em grande parte pelos temas e tôadas da gente africana, ahi está conquistando aplausos, dentro e fóra do paiz, ja havendo penetrado pelos paizes Platinos e até pela America do Norte Europa, onde, bem antes de Paris, já os salões de Lisbôa, ha mais de cem annos, escutavam as nossas “modinhas” e lundús pela voz quente do celebre cantor muláto Padre Souza Caldas (SENNA1938, p. 37).

Da culinária, destaca comidas que caíram no gosto popular brasileiro nas várias regiões do país.

Já ha muita na casa brasileira, onde habitualmente se preparam estas comidas e doces, estes bôlos e petiscos: o “aborém”, o “acarajé”, o “acassá”, os acepipes temperados com “azeite de cheiro” ou “azeite de Dendê”, com “pijérecú”, com “pimenta da Guiné”, ou com quitôco; o aluá refrigerante, o “angú -de -quitandeira”, os bolôs gostosos de “feijão fradinho”, de “fubá-cangica” e de “fubá mimoso” e as “brôas” de fubá; as “buxadas” apimentadas e “esparregados” deervas; as “côcadas bahianas”, o “cuscuiz” o “furrundum” (dôce de cidra e côco ralados); os guizados de “abobora mungánga”, de cará de Angolade “caruru”, de efó, de “feijão -guando”, de “jiló”, de “gondó”, de “inhame”, de maxixe, de quiabo, quingombô e de “xuxú”; o “latipá”-de -folhas-de -mostarda, os molhos picantesde cuxá e de pimenta -“malagueta”; os “mugunzás”ou mugunzás de cangicae leite de côco; as “muquécas” tão apreciadas de peixe, os pratos de “arrôz de Aussá” e “arrôz de cuxá”; os “quindins de sinhá”, as “quitandas ao fôrno” os quitutes saborosos as “peixadas a bahiana” os sequilhos - de- quitanda”, o “vatapá”, o “xinxim- de- gallinha”: pratos todos de origem africana e sobre os quaes ainda fallaremos, mais adeante, quando nos occuparmos com as contribuições de “afronêgrismos” para o Vocabulário Brasileiro (SENNA, 1938 p.42).

Pelas afirmações contidas no livro e nos arquivos do produtor vê-se que suas ideias mais se aproximavam de um pensamento intelectual avesso às concepções embasadas nas teorias racistas que atribuíam a africanos e seus descendentes, indígenas e mestiços o rótulo de inferioridade racial.

2.2.1 Resultados Analíticos

Com base na análise dos documentos do acervo de Nelson de Senna constatamos que embora as marcas das teorias racistas predominantes no pensamento de intelectuais da sua época possam ser percebidas, o avanço da posição dele para o seu tempo em relação a questões

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

que envolvem os negros pode ser constatada. Ele não considerava o negro e o mestiço como intelectualmente ou cognitivamente inferior, mas atribuía a responsabilidade da situação de inferioridade social em que viviam ao descaso dos governantes. Discordava enfaticamente do discurso de que o branqueamento gradual chegaria a se concretizar no Brasil. E criticava o fato deste contingente populacional depender da necessidade de atendimentos pelas obras pias e o assistencialismo privado, poupando os cofres do governo. ⁴

Semelhante às posições de Manuel Bonfim, Senna era a favor do desenvolvimento social e urbano do país⁵ e defendia a educação como fator principal para resolver os problemas que serviam de entrave ao desenvolvimento da nação brasileira⁶. Considerava que o Brasil era um país onde devia ser valorizada a contribuição de negro na cultura nacional, dando destaque para vários nomes de referência deste patrimônio⁷.

Figura 2: Fotos dos autores que discutiam a questão racial.



Fonte: Google – 2017.

Legenda: 1. Nina Rodrigues (1862-1906); 2. Nelson de Senna (1876-1952); 3. Gilberto Freyre (1900-1987); 4. Oliveira Vianna (1883-1951); 5. Alberto Torres (1865-1917); 6. Manuel Bonfim (1868-1932).

⁴ SENNA, Nelson de. A escravidão negra no Brasil, a campanha abolicionista e o treze de maio. Esforço histórico In: Causas brasileiras (série de estudos históricos- alguns perfis biográficos, políticos e literários- episódios e tradições brasilienses-riquezas naturais do Brasil [Belo horizonte, 1946?]. Discurso pronunciado nas aulas de encerramento das aulas do ano letivo de 1896 a 1897, do Externato do Ginásio de Ouro Preto, a 13 de maio de 1897.

⁵ SENNA, Nelson de. Riquezas naturais, desenvolvimento econômico e expansão industrial do Brasil: discurso pronunciado na Câmara dos Srs. Deputados ao Congresso Nacional da República, em sessão de 18 de maio de 1923. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

⁶ SENNA, Nelson de. Projeto de lei para Remuneração de pessoal docente e administrativo dos institutos de ensino secundário e superior. Anais da Câmara dos deputados. Belo Horizonte: 1925.

⁷ SENNA, Nelson de. [O negro na cultura brasileira] [Belo horizonte?] [1938?] Texto sobre escritores, obras literárias, pintura, folclore, teatro e música brasileira. Folhas avulsas. APCBH, NCS (56) Título atribuído pela Fundação João Pinheiro.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

Apresentamos o Quadro 1 com a síntese das discussões que envolviam o pensamento sobre as questões raciais no Brasil do ponto de vista de cada intelectual, além do ideal de desenvolvimento nacional que propunham em suas discussões.

Quadro 1: Referências das teorias racistas e do culturalismo no Brasil XIX-XX

REFERÊNCIAS TEÓRICAS	
Alberto Torres	Não via a mestiçagem como fator de atraso da nação e sim a alienação das elites. Era contra a modernização do país valorizava a expansão rural.
Gilberto Freyre	Destaca a mistura das três raças: negros, índios e portugueses como a valorização da nação brasileira.
Manuel Bonfim	Não via a mestiçagem como problema, mas sim a desigualdade social. Deixava de lado Europa e EUA para falar em América Latina
Nelson de Senna	Não via no branqueamento a solução para os problemas do país, dizia que o Brasil deveria olhar pelos menos favorecidos índios e negros, era a favor da modernização do país através da indústria.
Nina Rodrigues	Acreditava que um dos entraves para o desenvolvimento do país era a degeneração que as raças sofriam com a mestiçagem
Oliveira Vianna	Via a raça negra como inferior e acreditava no branqueamento como solução para o desenvolvimento do país.

Fonte: Elaborado pelo autor – 2017.

Alguns dos “homens de ciência” Schwarcz (1994) tinham o tema racial como fonte principal de estudos, em centros de pesquisa, institutos, museus e faculdades. Nelson de Senna não circulava entre os grandes nomes nacionais, mas em seus arquivos o interesse pelo tema aparece constantemente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O emprego da “etnografia de arquivo” nesta pesquisa possibilitou-nos, em primeiro lugar, um conhecimento melhor da pessoa de Nelson de Senna e o avanço do seu pensamento, em uma época quando era predominante a influência de teorias racistas na mentalidade da maioria dos homens letrados que protagonizaram o debate intelectual e político sobre o futuro da nação brasileira. Os documentos consultados e as entrevistas que recorreremos convergiram para nossas considerações de que ele, como poucos letrados de sua época, foi destoante e original na maneira de pensar os problemas do país, sobretudo no tocante às questões raciais subjacente ao seu acervo.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Em segundo lugar, é preciso ressaltar que ao orientarmos nossa pesquisa seguindo as trilhas da “etnografia de arquivo”, em nossa leitura consideramos o papel do documento tanto como guardião da memória de Nelson de Senna, como também suporte de um registro histórico da contribuição do africano e seus descendentes para diversidade cultural do país. Uma vez que o recorte metodológico da nossa pesquisa priorizou os registros produzidos pelo referido estudioso abrangente a essa temática – tão em voga no contexto de sua época.

Para finalizar, gostaríamos ainda de acrescentar que ao expandir a pesquisa para além dos limites do arquivo físico, incluindo entrevistas semiestruturadas e informais, auxiliou-nos na interpretação, organização e análise da documentação pesquisada. Assim, ao conjugar em no trabalho de pesquisa a etnografia de arquivo com técnicas da Arquivologia, favoreceu a fazermos um recorte panorâmico sociocultural do momento de reunião dos arquivos. Mas isso não com a pretensão de abarcar o “todo” – ou seja, aspecto social, histórico, cultural e arquivístico do acervo – e, sim, ter uma amostragem das possibilidades de estudo que o arquivo pessoal de Nelson de Senna deixa em aberto. Um convite para que outros pesquisadores explorem este rico acervo que ao registrar, entre outros temas, a história dos povos indígenas e afrodescendentes, em Minas Gerais, oferece pistas para o reconto da própria história do Brasil.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE (MG). **Inventário do arquivo pessoal de Nelson Coelho de Senna (1876-1952)**. Belo Horizonte: APCBH, 2000.

BOAS, Franz. As limitações do método comparativo da antropologia. In: **Antropologia cultural**. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

COSTA, Maria Cristina Castilho. Etnografia de arquivos – entre o passado e o presente”. **Matrizes**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 171-186, jan./jul. 2010. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/32394/art_COSTA_Etnografia_2010.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 28 jul. 2017.

FREHSE, Fraya. Os informantes que jornais e fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.36, p.131-136, jul./dez. 2005. <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/303>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais. **Memória política de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2006. (Coleção Mineiriana Série Obras de Referência)

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GEERTZ, Clifford. **Negara: o Estado Teatro no século XIX**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

HEYMANN, Luciana. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. (Orgs.) **Arquivos Pessoais**. Reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p.67-76.

JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (Orgs.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói: Eduff, 1999.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SAHLINS, Marshal. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870- 1830**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENNA, Nelson de. **Africanos no Brasil** (Estudos sobre os negros africanos e a influência afro negrês sobre a linguagem e costumes do povo brasileiro). Belo Horizonte: Oficinas Graphicas Queiroz Breyner, 1938.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.